



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Ata da 9ª Reunião Ordinária de 2026 do Conselho de Orientação do Parque Doutor Fernando Costa Água Branca

1. Data, Hora e Local

Realizada no dia 09 de setembro de 2026, com início às 10h00, no Auditório Paulinho Nogueira, no prédio da Administração do Parque, localizado na Av. Francisco Matarazzo, nº 455 – Água Branca, São Paulo.

2. Participantes

2.1. Membros titulares e suplentes, conforme disposto no art. 1º, incisos I e II da Portaria SEMIL-SMA-DPU nº 12/2026:

Titulares Governo e Sociedade Civil

Sra. Cristiane dos Santos Oliveira (SEMIL-DPU);
Sra. Márcia Maria Cunha de Souza (Instituto dos Arquitetos do Brasil);
Sra. Cláudia Lukianchuki (Instituto Casa da Cidade); e
Sra. Jupira Cauhy (Instituto Rogacionista).

Suplentes Governo

Sra. Ana Cláudia da Costa Aguiar (SPI-SGP);
Sr. Rogério Nascimento Alves (Secretaria de Agricultura e Abastecimento); e
Sra. Silvana Back Franco (SEMIL-DBB).

2.3. Demais convidados:

Sra. Sônia Reis, Sra. Daniela Pontes Lopes, Sr. David Novais e Sr. Rafael (Reserva Novos Parques Urbanos S.A.); Sra. Estela Sávio (voluntária); Sra. Virgínia C. Batista; Sra. Regina (Coletivo pelo Parque da Água Branca e da Associação dos Proprietários, Protetores e Usuários de Imóveis Tombados - APIT); e demais participantes inscritos na lista de presença da Reunião.

3. Ordem do dia

3.1 Presidência: comunicados gerais e encaminhamentos decorrentes da 3ª Reunião Extraordinária;

3.2 Conselheira Jupira Cauhy: acompanhamento dos Termos de Ajustamento de Conduta e de procedimentos relacionados aos bens tombados do Parque;

3.3 Conselheira Cláudia Lukianchuki: retorno sobre as reuniões relativas aos animais, Termo de Voluntariado e questões de manejo e bem-estar;

3.4 Concessionária: apresentação sobre as principais atividades, intervenções e encargos em andamento no Parque;

3.5 Demais manifestações: assuntos gerais e encaminhamentos finais.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

4. Deliberações

A Sra. Ana Cláudia da Costa Aguiar, na qualidade de presidente suplente do Conselho, deu início aos trabalhos, saudando os Conselheiros presentes e dando-lhes boas-vindas à 9ª Reunião Ordinária de 2026 do Conselho de Orientação do Parque Doutor Fernando Costa Água Branca.

4.1 Comunicados da Presidência:

A Presidência iniciou os comunicados registrando que, imediatamente antes da Reunião Ordinária, havia sido realizada a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho, ocasião em que foi concluída a discussão da minuta do Regimento Interno e aprovada sua versão final pelos Conselheiros. Esclareceu que a aprovação do colegiado encerra a etapa de discussão no âmbito do Conselho, restando os trâmites administrativos necessários à formalização e posterior publicação do documento.

Como próximo passo, a SPI elaborará Nota Técnica e encaminhará o processo à SEMIL para análise e prosseguimento. Foi informado que não há prazo regulamentar específico para a conclusão dessas etapas, mas que o Conselho será atualizado à medida que houver evolução na tramitação.

Na sequência, comunicou-se que a próxima Reunião Ordinária está prevista para 14 de outubro de 2026. A Presidência informou, ainda, a intenção de realizar os próximos encontros em outro espaço do Parque, mais compacto e adequado à dinâmica das reuniões, o Teatro Tattersal, ficando a confirmação do local para comunicação posterior.

4.2 Temas pautados pela Conselheira Jupira Cauhy:

A Conselheira Jupira Cauhy iniciou sua fala tratando de dois procedimentos relacionados a intervenções em bens tombados no Parque. O primeiro refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo a CASACOR e a Concessionária Reserva Novos Parques Urbanos S.A., cujo extrato havia sido publicado no Diário Oficial, sem que o inteiro teor do ajuste tivesse sido disponibilizado ao Conselho. O segundo diz respeito à FC Comércio/Fazenda Churrascada, em processo no qual foi concedida nova oportunidade para apresentação de proposta de ajustamento após a análise de recurso administrativo.

Em relação ao TAC já celebrado, questionou qual seria o objeto das medidas compensatórias, se elas guardariam correspondência com a penalidade aplicada e, especialmente, se poderiam substituir intervenções ou investimentos já previstos contratualmente. Solicitou que o mesmo cuidado fosse observado em eventual ajuste relativo à Fazenda Churrascada, de modo a evitar sobreposição entre obrigações decorrentes de penalidade e encargos já atribuídos à Concessionária.

A Conselheira Ana Cláudia da Costa Aguiar informou que buscou esclarecimentos junto ao Departamento do Patrimônio Histórico – DPH e explicou que, durante a fase de negociação, as minutas de ajustamento não costumam ser



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

publicizadas. No caso da CASACOR, diante da informação de que o instrumento já foi assinado e teve seu extrato publicado, a SPI buscará acesso ao processo para verificar o conteúdo e compartilhar com o Conselho as informações pertinentes. Caso haja impedimento ao acesso, poderá ser formalizada solicitação institucional pelo colegiado.

Durante o debate, a Sra. Regina, representante do Coletivo pelo Parque da Água Branca e da Associação dos Proprietários, Protetores e Usuários de Imóveis Tombados (APIT), destacou que os procedimentos envolvendo o CONPRESP e os bens tombados devem observar a publicidade própria dos processos administrativos, sendo o sigilo excepcional. Também defendeu que os assuntos tratados no Conselho sejam devidamente incorporados aos processos correspondentes. Ao final, ficou registrado que o Conselho acompanhará os dois procedimentos e será informado sobre os respectivos desdobramentos.

4.3 Temas pautados pela Conselheira Cláudia Lukianchuki:

A Conselheira Cláudia Lukianchuki apresentou uma síntese das reuniões realizadas com voluntários e representantes da Concessionária sobre os animais do Parque. Avaliou que houve avanço no diálogo, embora ainda existam divergências quanto ao Termo de Voluntariado e à forma de construção das regras aplicáveis aos apoiadores. Recordou que o Conselho havia solicitado acesso ao documento e ressaltou que a necessidade de regramento não é objeto de questionamento. Segundo expôs, a discussão concentra-se no teor de determinadas cláusulas e na necessidade de participação dos voluntários na elaboração de eventual revisão.

Sobre esse ponto, a Sra. Ana Cláudia registrou que o Conselho precisa conhecer o instrumento antes de formular qualquer avaliação e reiterou a solicitação de seu encaminhamento. A Sra. Sônia Reis informou que os voluntários recebem cópia do Termo e que a Concessionária poderá enviá-lo ao colegiado. Acrescentou que, nas reuniões recentes, foi solicitada aos próprios apoiadores a apresentação de sugestões para um procedimento de funcionamento, com regras e horários de acesso, a fim de permitir a construção conjunta dos próximos passos.

A Sra. Daniela Lopes, pela Concessionária, esclareceu que o Termo contém cláusulas de confidencialidade relacionadas aos dados pessoais e sensíveis dos voluntários, mas que o documento, em sua compreensão, não é sigiloso. A Sra. Estela Sávio ponderou que os voluntários ligados aos gatos não assinaram o instrumento por discordarem de parte de seu conteúdo e defendeu que qualquer rediscussão conte com participação direta dos envolvidos. No mesmo sentido, a Sra. Regina ressaltou que, por se tratar de atividade desenvolvida em bem público, o tema deve seguir rito administrativo e ser tratado formalmente pelo Conselho. Diante das diferentes interpretações, consolidou-se o entendimento de que o documento será primeiro disponibilizado ao colegiado e somente então discutido em seu mérito.

Superada a discussão sobre o instrumento, a Conselheira Cláudia Lukianchuki trouxe ao conhecimento do Conselho os principais pontos levantados na reunião



específica sobre as aves. Foram mencionadas dúvidas sobre a continuidade das doações, o controle populacional, a introdução de novas espécies, a distribuição dos animais entre os recintos, as condições de abrigo, o acesso dos voluntários e a necessidade de atualização das informações sobre quantitativos e manejo. A apresentação teve caráter de síntese, com o objetivo de registrar no colegiado os temas que permanecem em acompanhamento, e não de reabrir integralmente a reunião técnica anteriormente realizada.

Em resposta, o Sr. Rafael, pela Concessionária, observou que parte dessas questões já havia sido abordada tecnicamente, inclusive quanto aos critérios de doação, análise comportamental, espaço necessário por espécie, atuação dos tratadores e papel dos apoiadores voluntários. Para evitar respostas fragmentadas, ficou acordado que os questionamentos serão consolidados e encaminhados formalmente para manifestação técnica. A Presidência informou que receberá os itens apresentados, fará o devido encaminhamento e trará as respostas ao Conselho.

Ainda sobre o bem-estar dos animais, a Sra. Virgínia C. Batista relatou preocupação com a exposição das aves à chuva, lama, frio e calor e fez referência à necessidade de abrigo, áreas de descanso e proteção contra condições climáticas extremas. As Sras. Estela Sávio e Regina reforçaram, por sua vez, a importância de que atas, apresentações e demais registros das reuniões específicas sejam compartilhados com os participantes e com o Conselho, permitindo o acompanhamento dos encaminhamentos e a conferência das informações.

4.4 Concessionária: apresentação sobre as principais atividades no Parque

A Sra. Sônia Reis iniciou a apresentação informando que mais de vinte áreas e edificações haviam sido revitalizadas, concluídas ou se encontravam em fase final de entrega, permitindo a reintegração progressiva desses espaços ao cotidiano do Parque. Entre os locais mencionados estavam o Teatro Tattersal, o Pombal, áreas de playground, o tanque das carpas, a Praça do Idoso, a subestação de energia, o Caminho Paulinho Nogueira, a Casa do Caboclo, os quiosques e espaços de educação, o sanitário infantil, a passarela e as áreas de APP, os espaços zootécnicos, a Trilha do Pau-Brasil e a Casa 102.

Questionada sobre o procedimento de recebimento, explicou que, concluída a intervenção, a Concessionária comunica a ARSESP e encaminha a documentação pertinente. A Agência realiza vistoria técnica das edificações e verifica os projetos, memoriais e laudos aplicáveis, inclusive SPDA e AVCB. Foi esclarecido que os espaços sem a autorização necessária permanecem sem utilização até a conclusão das obras e das aprovações dos órgãos competentes, especialmente quando se trata de bens sujeitos à tutela patrimonial.

Na sequência, a Conselheira Jupira Cauhy comentou a pintura das guias internas e sugeriu que se evite tratamento visual excessivamente semelhante ao de vias públicas. Também propôs uma revisão do paisagismo, apontando a predominância de poucas espécies e a conveniência de maior diversidade vegetal. A



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Sra. Sônia informou que existe memorial paisagístico aprovado, o que atualmente restringe algumas alternativas, mas afirmou que o tema vem sendo discutido com os órgãos de preservação para que se busquem soluções capazes de ampliar a diversidade dentro das autorizações cabíveis.

A Conselheira Márcia Maria Cunha de Souza complementou o debate lembrando registros históricos sobre a vegetação do Parque e o risco de erosão em área próxima à Praça do Idoso, matéria que, segundo destacou, já foi objeto de manifestações técnicas e aparece no Plano Diretor. Ressaltou a importância de preservar densidade e diversidade vegetal e de evitar soluções que produzam excessiva homogeneização do espaço. Ainda no tema das áreas abertas, a Conselheira Jupira Cauhy sugeriu que, em futuras substituições, sejam avaliadas alternativas aos atuais equipamentos metálicos de academia, privilegiando soluções mais ergonômicas, duráveis e compatíveis com a linguagem do Parque.

Ao tratar do Aquário, a Conselheira Márcia Maria Cunha de Souza perguntou sobre o cronograma de recuperação e reabertura do equipamento. O Sr. David Novais, pela Concessionária, esclareceu que a intervenção integra os encargos previstos para o marco de 72 meses, com prazo contratual até setembro de 2028, mas informou que estão sendo estudadas possibilidades de antecipação, a exemplo de outros serviços originalmente previstos para etapas posteriores. A Conselheira pediu que essa alternativa seja considerada em razão da relevância e da procura do equipamento pelos usuários.

Ainda sobre as edificações recuperadas, a Conselheira Márcia Maria Cunha de Souza propôs que o Conselho participe da reflexão sobre os usos futuros dos espaços, considerando tanto possibilidades comunitárias quanto comerciais. O Sr. David Novais informou que alguns limites dependem de avaliação técnica e interna, comprometendo-se a levar o assunto para análise. Ficou registrada a sugestão de que o tema seja tratado, sempre que possível, como construção coletiva e não apenas como comunicação posterior de decisões já tomadas.

Por fim, a Sra. Sônia apresentou a situação de uma mangueira localizada junto à Casa 79, cujas raízes vêm comprometendo o muro e a área de passagem. Explicou que eventual intervenção depende, inicialmente, da autorização da SVMA e, posteriormente, das providências perante os órgãos de preservação. No debate, foi destacada a necessidade de avaliação completa das raízes, dos efeitos sobre o solo e das medidas de compensação, além de comunicação transparente ao público em razão da relevância da árvore para os frequentadores do Parque.

4.5 Manifestações finais:

Já ao final da apresentação, a Sra. Estela Sávio solicitou que as atas das reuniões relativas aos animais sejam encaminhadas aos participantes antes de sua finalização, permitindo ciência e eventual correção. Também levantou dúvida sobre a utilização de pedrisco nas proximidades das raízes de árvores, mencionando possíveis efeitos sobre o solo e a drenagem. A Sra. Sônia esclareceu que o material previsto para



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

a área é permeável e informou que, se necessário, poderá ser apresentado esclarecimento complementar do responsável técnico.

A Sra. Estela lembrou, ainda, que o dia 15 de setembro marca três anos da morte de dois animais no Parque, registrando a importância simbólica da data para os voluntários. Na sequência, a Sra. Regina retomou a questão da publicidade das reuniões e das pautas do Conselho no próprio Parque. A Concessionária informou que vinha realizando a divulgação em alguns pontos e que verificará o procedimento para assegurar maior alcance e regularidade das informações aos usuários.

Encaminhamentos Finais

Como encaminhamentos, ficou consignado que a SPI elaborará a Nota Técnica referente ao Regimento Interno e encaminhará o processo à SEMIL, mantendo o Conselho informado sobre a tramitação. A SPI também buscará acesso ao processo do TAC envolvendo a CASACOR e acompanhará o procedimento relacionado à FC Comércio/Fazenda Churrascada, trazendo ao colegiado as informações que forem obtidas.

A Concessionária encaminhará ao Conselho o Termo de Voluntariado. Os questionamentos sobre manejo, doações, controle populacional, recintos e bem-estar dos animais serão consolidados para resposta técnica, e os registros das reuniões específicas sobre aves e gatos deverão ser compartilhados com o colegiado e, quando cabível, com os respectivos participantes. Permanecerão ainda em acompanhamento as sugestões relacionadas ao paisagismo, à possibilidade de antecipação da intervenção no Aquário, à participação do Conselho na discussão dos usos das edificações recuperadas, à comunicação de intervenções arbóreas relevantes e à divulgação das reuniões e pautas do Conselho no Parque.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo determinada a lavratura da presente ata.